Ano XX - Nº 285 - 02 a 8 de junho de 2008 - Boletim do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – Brasília-DF

Cuidado com as armadilhas do governo!

A demora na assinatura da MP e o atraso no pagamento é responsabilidade exclusiva do próprio governo

Milhares de servidores, entre ansiosos e revoltados, aguardam desde março o início do pagamento dos novos salários, depois de concluídas negociações que se arrastaram desde 2006 (e até 2005!). Uma vez editada a MP 431, em 14.05.08, todos acreditavam que os valores já estariam incluídos na folha de maio, paga no início de junho ou, na pior hipótese, na garantia de uma folha suplementar.

Logo em seguida, a notícia da "retirada" da MP 430 causou enorme confusão e desinformação, pois muitos diziam que era essa MP que garantiria os créditos orçamentários para o pagamento previsto na MP 431, o que é um erro.

Desde o início (EG 284) o Sindsep-DF esclareceu a categoria que:

a) os valores para pagar as tabelas da MP 431 já estão garantidos no Anexo 5 do Orçamento da União há muito tempo (oficialmente desde março);

b) a MP 431 não foi editada antes, ainda em março, logo após a aprovação do orçamento, porque o governo não quis;

c) os créditos que a MP 430 abre são para outros setores, alguns com acordos já assinados e outros ainda estão em negociação com o governo; portanto, o alarde feito por diversos veículos em relação à MP 430 serviu, somente, para desviar a

atenção dos servidores e aliviar a responsabilidade do governo que, neste momento, tem a obrigação de determinar o pagamento imediato por meio de folha suplementar.

■ Cadê a folha suplementar?

Na terça-feira, dia 27.05, a CUT encaminhou ao ministro do Planejamento um ofício exigindo uma resposta sobre a emissão da folha suplementar com os novos salários dos servidores públicos e o pagamento retroativo a março, conforme cada caso.

Até o fechamento desta edição, o ministro Paulo Bernardo ainda não havia se decidido. O que ele está esperando?

Lei não impõe prazo para reajuste aos federais

Ao contrário do que o governo tem defendido, mesmo sendo 2008 um ano eleitoral, a lei não estabelece limite para a implantação – por MP ou PL - das novas tabelas salariais objeto de acordo com os servidores federais e isso por duas razões: primeiro porque o âmbito da eleição é o município e, segundo, porque as negociações abrangeram a reestruturação de carreiras e não a revisão salarial geral. Esse é o parecer da assessoria jurídica do Sindsep-DF (*), opinião que o sindicato confirmou com diversas assessorias parlamentares. O prazo de 30 de junho, com o qual o governo trabalha, é, portanto, apenas político. Até por conta do esvaziamento do Congresso, o governo vai usar esses prazos para tentar dar ultimatos aos servidores. Como sempre, a unidade da categoria e a firmeza na defesa das reivindicações é o que pode obrigar o governo a ceder.

*Analisando a Lei 9.504, art. 73, inciso 8, a resolução 22.158, do TSE, afirma expressamente que a eleição municipal não traz nenhum impedimento a aumento ou reajuste de salário de servidores federais ou estaduais.

Retorno do transporte funcional

No dia 10.06, a reunião ordinária da Executiva do Sindsep-DF irá discutir o Plano de Campanha para o retorno do transporte funcional. Aguarde!

Confira na próxima semana as tabelas da Seguridade

Nesta semana, o EG traz nas páginas internas a tabela remuneratória do PGPE com os valores dos reajustes para ativos e aposentados. Na próxima edição, publicaremos a tabela da Carreira da Saúde, do Trabalho e da Previdência.



Dia nacional de mobilização e luta

No dia 28.05, a CUT promoveu atos e mobilizações dos trabalhadores em todas as regiões do país, em defesa da redução da jornada de trabalho sem a redução de salário e pela ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT.

A Campanha ganhou as ruas no dia 11 de fevereiro, com atos para coleta de assinaturas em várias cidades do país, pela aprovação da PEC 393/01 - que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e aumenta o percentual das horas extras. A con-



venção 151 estabelece o direito à negociação coletiva no serviço público, e a 158, coíbe a demissão sem justa causa.

Na terça, dia 3 de junho, a CUT entrega o abaixo-assinado na Câmara dos Deputados, durante sessão especial para debater a PEC 393/01, das 10h às 14h, no plenário da Câmara. Uma nova mobilização da classe trabalhadora está sendo organizada para acompanhar a sessão.

Incra

Plenária discute correções na MP

A plenária nacional dos servidores do Incra (27 e 28.05), concluiu que a MP 431 descumpre o acordo firmado entre o governo e a categoria. Assim, os servidores decidiram reforçar a pressão sobre as direções do Incra, MDA e Planejamen-

Órgãos Militares

Governo irá apresentar contraproposta

Em reunião com a Condsef, dia 28.05, o governo informou que ainda estuda a contraproposta de reestruturação das tabelas salariais do Plano de Cargos e Carreira de Tecnologia Militar (PCCTM). Também analisa a possibilidade de incluir os servidores civis de órgãos militares, hoje pertencentes ao PGPE, no PCCTM. Uma nova reunião foi agendada para a segunda, dia 9.06.

AGU

Governo agenda reunião e servidores seguem mobilizados

Finalmente o MPlanejamento agendou, para segunda-feira (2.06), às 9h, a reunião para tratar das demandas dos servidores administrativos da AGU. O setor mantém a mobilização, com previsão de paralisação nos dias 3 e 4.06, caso o governo não apresente uma proposta.

<u>Bacen</u>

Cadê o aumento?

Os servidores do Bacen realizam na terça (03.06), às 14h30, no 2º SS, assembléia geral unificada para definir os próximos passos da luta para cobrar do governo o cumprimento do acordo e equiparação com a receita com subsídio. Para enfrentar a intransigência do governo, a construção da unidade do funcionalismo, em defesa das reivindicações, é, mais do que nunca, a tarefa da hora.

HFA

Governo pede detalhamento das reivindicações

Na quarta-feira, dia 28.05, em audiência com os representantes dos empregados públicos do HFA, a SRH/ Planejamento solicitou o detalhamento das reivindicações e uma proposta de reajuste da tabela salarial. A Condsef e o Sindsep-DF devem entregar o documento na segunda-feira, dia 2.06, contendo quatro itens:

- 1- Transposição do regime jurídico celetista para o estatutário;
 - 2- Progressão funcional;
 - 3- Correção da tabela salarial;
 - 4- Redução da carga horária.

Uma nova reunião foi agendada para a terça (10.06). Os empregados públicos do hospital decidiram manter a mobilização até que todas as reivindicações sejam atendidas.



to pela retificação da MP 431 para adequá-la ao termo de acordo. A plenária também reafirmou a luta pela instalação do

GT que vai discutir a reestruturação da carreira, incluindo a correção das distorções da tabela salarial.

FNDE

Sindsep na briga pela reestruturação da tabela

No dia 30.05, pela manhã, cerca de 200 servidores do FNDE participaram de ato em frente à sede do órgão para cobrar do governo uma resposta à proposta de reestruturação de tabela apresentada pela Condsef. Na segunda (2.06), está agendada uma reunião com o MPlanejamento, às 10h. Caso a resposta do governo não seja satisfatória, os servidores prometem repetir o ato na terça-feira (3.06), das 8h às 12h.

MMA

De olho na segunda MP, no GT de Reestruturação e no Plano de Saúde

Os servidores do MMA se reuniram em 28.05 para discutir o relatório de reestruturação da carreira, de 2005, que norteará o GT previsto no acordo de maio. A categoria está preocupada com os prazos de envio da segunda MP e a demora na tramitação do PLN 5/2008 (MP 430). Quanto ao plano de saúde, o Sindsep

encaminhou ofício n° 152/ 07 à SPOA solicitando audiência para tratar das razões do aumento e da não observância de decisão judicial que garante a permanência dos pais e padrastos como dependentes. Nova assembléia será convocada para manter a mobilização até o atendimento das reivindicações.

DNPM

Assembléias semanais mantêm servidores informados

A SRH/Planejamento informou à direção do DNPM que apresentará uma contraproposta de reestruturação de tabelas e que agendará uma reunião para dar continuidade às negociações com a Condsef. A notícia foi considerada positiva, já que a discussão terá como base a proposta do funcionalismo.

Enquanto um acordo com o governo não é firmado, os servidores mantêm a mobilização, com assembléias semanais em todo o Brasil, às quintas-feiras, às 15h.

Aniversário do Sindsep

Ajude a escolher a atração principal da festa de 21 anos do Sindsep-DF, em 5 de setembro. Acesse www.sindsep-df.com.br e vote no cantor Chico César ou Renato Teixeira.

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900.

Colaboraram nesta edição: Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Enos, Francisco Sadeck, Hermes Araújo, Oton Neves e Roberto Clauber - Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Ciselle do Valle DF2831|P – Assistende de Redação: Leide Santos – Estagiária: Raíaella Osler – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 14.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as noticias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

Conab

Encontro Extraordinário da Conab

Durante Encontro Extraordinário dos servidores da Conab (28 e 29.05), convocado pela Condsef e a Associação Nacional dos Trabalhadores da Conab (ASNAB), foram estabelecidas estratégias para pressionar o governo a implementar um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) que atenda adequadamente às expectativas dos trabalhadores do órgão, com a manutenção de benefícios já conquistados. Em 28.05 a pauta de reivindicações foi entregue à presidência da Conab. A direção do órgão afirmou que sua proposta de PCCS será apresentada aos trabalhadores para análise e modificações ainda nesta semana, depois que for encaminhada ao DEST do MPlanejamento.

MJustiça

Servidores indignados

O ministro Tarso Genro, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, admitiu que o aumento concedido aos servidores do Núcleo Central do Ministério da Justiça é pequeno, senão nulo em alguns casos, conforme mensagem enviada aos representantes dos servidores do órgão. Tarso Genro permitiu a aprovação de tabelas salariais para os servidores administrativos das Polícias Rodoviária e Federal com aumentos superiores a R\$ 500, em média, e aos servidores do MI permite a manutenção no PGPE, uma atitude estranha para um órgão que deveria zelar pela justiça em nosso país. Para reverter tal situação, o Sindsep-DF e os servidores exigem a reabertura das negociações para a construção de um plano específico.